

Governo recua e admite ampliar as concessões para dívidas estaduais

Geraldo Margelo

Cinco governadores pressionaram e conseguiram ontem novas concessões do governo federal no projeto de renegociação das dívidas dos estados e municípios, poucas horas antes do anúncio oficial da mensagem que seria enviada ao Congresso até amanhã. O ministro do Planejamento, Paulo Haddad, concordou em princípio com as reivindicações, que na prática vão dar uma folga muito maior ao caixa dos estados nos próximos anos, prejudicando principalmente a Caixa Econômica Federal, que receberá menos dinheiro dos débitos pendentes.

Participaram pessoalmente das pressões os governadores do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, do Maranhão, Edison Lobão, de Mato Grosso, Jaime Campos, do Pará, Jader Barbalho, e do Amazonas, Gilberto Mestrinho. Eles estiveram no Ministério da Fazenda conversando com o ministro Haddad. Por telefone, governadores de outros estados fizeram as mesmas reivindicações, o que levou o ministro para uma audiência especial com o presidente Itamar Franco no meio da tarde. O governo dará resposta até o início da semana que vem às novas propostas. Vários governadores e parlamentares que estiveram no ministério para uma solenidade que não houve de anúncio do projeto, saíram afirmando que condicionavam o apoio ao ajuste fiscal que será votado nos próximos dias pelo Congresso às mudanças na renegociação. "Se o ajuste vai aliviar o governo federal, é justo que a União também alivie os estados", argumentou o governador Alceu Collares.

O projeto de renegociação é importante para os governos estaduais. Eles devem US\$ 49 bilhões à União, as estatais federais, ao mercado financeiro e ao exterior, dos quais cerca de US\$ 5 bilhões vencidos. Os estados poderão pagar US\$ 18,4 bilhões em 20 anos, com juros médios dos contratos originais (essa dívida ou estava vencida ou venceria nos próximos cinco anos). Além disso, poderão trocar US\$ 10,5 bilhões de dívida com o mercado (títulos) por títulos federais (maior credibilidade). Outros US\$ 10,7 bilhões de dívida externa vão ganhar as mesmas condições que os banqueiros privados estrangeiros vêm oferecendo ao Brasil (prazos de até 30 anos).



Governadores condicionam o apoio à aprovação do ajuste às mudanças nas regras da renegociação

Pouco antes da cerimônia em que seria feito o anúncio do projeto de renegociação, os secretários de Fazenda de São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro se reuniram e lideraram o movimento de reivindicações técnicas, mas que vão diminuir em muito seus gastos com pagamento de dívida. O principal item pede para que, na prática, eles comprometam menos suas receitas com tais pagamentos. Os estados querem que o governo baixe para cerca de 7% o comprometimento máximo de suas receitas com os pagamentos ao governo federal, quando uma resolução do Senado estabelece 11% no primeiro ano e 15% nos anos seguintes.

Além disso, reivindicaram em nome de todos os secretários que os estados nada paguem em janeiro e fevereiro, sob o argumento de que estão enfrentando sérios problemas financeiros. "O importante é que, com o projeto, finalmente o governo federal passará a receber dívidas dos estados, que não vêm sendo honradas há muito tempo", disse o secretário de Fazenda de Minas, Roberto Brant. "Ou o governo nos dá condições razoáveis para pagamento, ou terá de continuar enfrentando as inadimplências dos estados e municípios", sentenciou o governador de Mato Grosso, Jaime Campos.

Fleury critica proposta de 15%

O governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, reclamou ontem da norma fixada pelo Governo Federal que determina o comprometimento de 15% da receita dos Estados para rolar suas dívidas. "É exagerado", avaliou. Logo após participar de uma solenidade no Palácio do Planalto, Fleury adiantou que os secretários estaduais de Fazenda levariam ao ministro do Planejamento e da Fazenda, Paulo Haddad, na reunião que teriam mais tarde, a preocupação com a fixação do percentual de 15% da receita para o pagamento de suas dívidas. Segundo o governador, são "unânicos" as críticas a esse ponto do projeto.

"O percentual de comprometimento que for fixado tem que garantir um mínimo de investimento para os Estados", defende Fleury. Ele afirma que São Paulo, talvez, até possa suportar comprometer 15% de sua receita para pagar a dívida, mas conta que já conversou com outros governadores e eles lhe garantiram que não agüentariam

manter seus compromissos em dia se essa proposta passar. Para o governador de São Paulo, é preciso que se estabeleça uma "negociação realista", sob pena de os Estados não cumprirem as exigências do Governo Federal, como ocorreu em 1988. O governador ainda adverte que, quem fixa as condições para os Estados rolares suas dívidas é o Senado e não o Governo Federal com um projeto de lei.

Fleury elogiou, no entanto, a aplicação de parte dos recursos obtidos com a rolagem das dívidas dos Estados em programas sociais, especialmente nas áreas de habitação, saneamento básico e conservação das estradas, que poderão gerar mais empregos no País. Já o governador de Minas Gerais, Hélio Garcia, não se mostrou muito interessado na rolagem da dívida, apesar de achar uma medida importante para os outros Estados. Garcia explicou sua tranquilidade com o fato de Minas Gerais não ter problemas financeiros. "Minas Gerais não deve à Caixa Econômica, nem ao Banco Central ou ao Banco do Brasil", justificou.